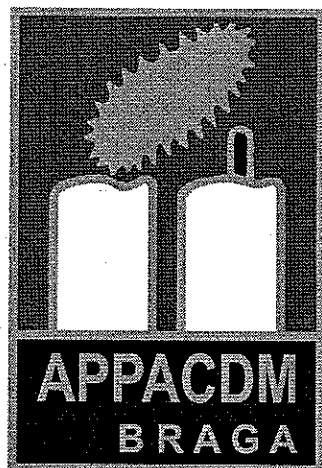


Ant.  
Braga  
V. As  
Ass. 2010  
Mach.



Relatório e  
Contas

2017

APPACDM DE BRAGA



# Relatório e Contas 2017

## Conteúdo

Nota Introdutória .....	3
1. Relatório da Direção .....	4
1.1. Alterações dos Corpos Sociais da Associação .....	4
1.2. As atividades de inclusão desenvolvidas pelas diversas respostas sociais .....	5
1.3. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro .....	6
1.3.1. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos .....	7
1.3.2. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2017 .....	8
1.4. O Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação .....	8
1.5. Perspetivas futuras .....	9
2. Balanço .....	10
3. Demonstração dos Resultados por Natureza .....	11
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	12
5. Anexo .....	13
6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor Oficial de Contas .....	33

## NOTA INTRODUTÓRIA

Caros associados,

No cumprimento dos estatutos, vem a Direcção apresentar os Relatórios de Atividades e as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2017.

Este documento, aqui consolidado, visa esclarecer os associados e interessados em geral, quer sobre as atividades desenvolvidas, quer sobre o desempenho e posição financeira da Instituição.

Foi já objeto de apreciação e aprovação por parte do Órgão Direcção em 11/05/2017, e sobre ele foram já emitidos os pareceres quer do Conselho Fiscal, quer do Revisor Oficial de Contas, sob a forma de Certificação Legal de Contas.

Como se poderá verificar de uma análise mais detalhada, os documentos aqui apresentados, refletem a forma cuidada como foi preparado o Orçamento Previsional, bem como a sua execução que se verificou ser rigorosa e controlada, refletida num resultado líquido positivo.

Apesar da trajetória claramente apontada ao equilíbrio financeiro, em função das exigências de tesouraria quer para a gestão corrente, quer para amortização de passivos (fornecedores e credores de investimentos), não foi ainda possível preparar com razoável segurança um plano credível para liquidação dos subsídios em atraso.

No contexto atual, e na sequência das expectativas criadas, é prioridade desta Direcção preparar e procurar soluções de financiamento alternativas que permitam cumprir com um plano de liquidação gradual dos subsídios, nesse sentido, torna-se necessário potenciar ao máximo as fontes de financiamento atuais e em simultâneo procurar novas fontes, sejam de carácter permanente, sejam de carácter extraordinário.

Posto isto, quer a Direcção deixar uma mensagem de tranquilidade, apelando a todos os colaboradores, utentes, familiares e associados, para que possa ser criado um clima orientado para estes objetivos, no sentido de os atingir no mais curto espaço de tempo possível, assegurando ao mesmo tempo a estabilidade e sustentabilidade da Associação.

Também no seguimento do que tem vindo a ser mencionado, é pois intenção desta Direcção dar continuidade ao objetivo de criar condições que permitam as requalificações dos complexos dos Centros de Atividades Ocupacionais de Esposende e de Gualtar, que num caso permitam uma melhoria substancial de instalações que apresentam um grau de degradação elevado, e no outro, para além da requalificação permitam renegociar com o ISS-Braga, o alargamento do acordo de CAO a mais 30 utentes, assegurando dessa forma uma fonte de financiamento adicional e com carácter regular.

Do esforço conjunto, do empenho e de um compromisso de melhoria contínua, estamos certos que o futuro da Associação será assegurado num quadro de paz social, de estabilidade económica e financeira e sobretudo no cumprimento da sua missão, direcionando a sua atuação para o bem-estar dos utentes, e simultaneamente, valorizando o sentimento de realização pessoal e a confiança dos seus colaboradores.

## 1. Relatório da Direção

### 1.1. Alterações dos Corpos Sociais da Associação

Por sentença n.º 7267/12.0TBBERG, que correram termos na extinta Vara de Competência Mista do Tribunal Judicial de Braga, já transitada em julgado, após Acórdãos promanados pelo Tribunal da Relação de Guimarães que apreciou um recurso de apelação, assim como Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, o qual apreciou um recurso de revista, foi decidido: a) Julgar procedente a presente ação e em consequência anular a deliberação tomada na Assembleia Geral da "Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Braga" ocorrida em 17 de Dezembro de 2011, designada de "Assembleia Eleitoral" que determinou a eleição da Lista A (Única) e consequentemente, o respetivo ato eleitoral.

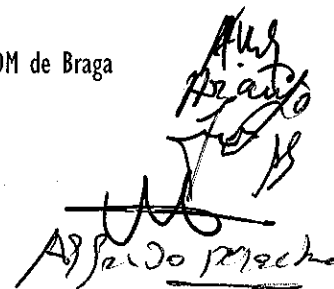
Neste seguimento, dado que as anteriores sentenças não estavam a ser cumpridas, nos termos do processo nº 6739/17.4T8VNF, que correram termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga foi deliberado:

- a) A decisão de anulação do ato eleitoral, opera uma mutação extinguindo o ato eleitoral e a consequente eleição operada por esse ato. Como consequência dessa mutação, os órgãos eleitos são deslegitimados, devendo a situação anterior a essa ser retomada.
- b) O cumprimento do dever de executar o efeito repristinatório da anulação circunscreve-se à reconstituição do statu quo ante, isto é, da situação inicial que existia no momento da intervenção ilegal, e concretiza-se na remoção da situação que a alterou no plano dos factos, nomeadamente, na remoção das consequências "diretas ou imediatas" do ato anulado.

Em resultado desta decisão, no dia 19 de dezembro de 2017, a direção em funções tomou posse dos respetivos cargos. Sendo assim, os atos de gestão praticados até à referida data foram efetuados pela anterior direção, não sendo a sua responsabilidade da direção atualmente em funções. Sendo assim, a prestação de contas e relatório de atividades agora apresentadas aos associados resulta essencialmente da gestão e as decisões tomadas pelos anteriores membros dos órgãos sociais.

Por forma a fomentar um clima pacificador que venha beneficiar a APPACDM, os seus associados e essencialmente os utentes, a atual direção apresenta uma análise rigorosa e precisa daquilo que foi a atividade de 2017. Todas as correções e ajustamentos contabilísticos que foram necessários operar, nenhum deles foi registado afetando o resultado do período de 2017, isto para não penalizar aquilo que foram os atos de gestão deste exercício.

A atual direção conta com todos os associados para em conjunto fazer crescer e cimentar a APPACDM nas comunidades locais onde se insere, conseguindo assim continuar a desenvolver o trabalho que a todos orgulha e enaltece. Nesse sentido aproveitamos também para agradecer a todos aqueles que tornaram o ano de 2017, um ano em termos financeiros positivo para a associação.



## 1.2. As atividades de inclusão desenvolvidas pelas diversas respostas sociais

Este relatório, como já se disse atrás, resulta essencialmente da gestão e decisões tomadas pelos anteriores membros dos corpos sociais. Por essa razão, decidiu-se recuperar para este capítulo o texto do relatório anterior, por se entender que assim se fica mais próximo do espírito que enformou o desenvolvimento do plano de atividades ao longo de 2017.

«A APPACDM de Braga ao assumir-se como instituição de referência a nível distrital como cuidadora de serviços na área da deficiência assume por igual a responsabilidade de, nessa área de ação, promover exercícios de boas práticas e de participação social dos seus utentes, dignificando e valorizando assim a população que cuida. Para que possa prestar com eficiência bons serviços aos cerca de 300 utentes que diariamente recebe nas suas 7 estruturas de atendimento, esta instituição dispõe de um corpo técnico especializado, e de trabalhadores auxiliares competentes e preparados para responderem às necessidades que as especificidades das suas populações exigem e merecem.

Com respostas sociais dispersas ao longo do seu território de ação (6 em Braga; 1 em Vila Verde; 2 em Vila Nova de Famalicão e 1 em Esposende), a organização e o funcionamento dos seus serviços de atendimento e consequente distribuição de tarefas exige, por parte dos seus responsáveis, uma atenção redobrada, de modo a que, em cada uma das respostas sociais sejam garantidos os direitos das suas populações e, simultaneamente, se cumpram as exigências de funcionamento em concordância com a legislação e com orientações das tutelas.

Numa instituição de referência mas com recursos humanos limitados ao mínimo exigido, é sempre difícil conciliar interesses e direitos dos seus agentes mas, nunca os seus utentes deverão ser privados de participarem em atividades de inclusão. Se isso acontecesse, seriam eles os principais prejudicados e não são, por vontade e competência dos profissionais que deles cuidam.

Não é mensurável a real importância que teve para a instituição a implementação de atividades de inclusão, mas é conhecida a sua relevância e são conhecidos os seus resultados, desde logo porque facilitadores do bem-estar dos seus utentes; pelo que transmite às pessoas e entidades que nos visitam ou que presenciam a participação dos nossos utentes em eventos promovidos no exterior.

Sem receio de estarmos enganados, podemos afirmar que, sem as atividades desenvolvidas e sem a participação social registada, a credibilidade e visibilidade da instituição estariam comprometidas.

A Direção reitera o seu agradecimento a todos os trabalhadores, colaboradores e voluntários pelo excelente trabalho que desenvolvem e que fortalece e dignifica a missão APPACDM de Braga».

### 1.3. O desempenho da Instituição do ponto de vista económico – financeiro

As contas referentes ao exercício de 2017 demonstram estabilidade e uma gestão corrente controlada e equilibrada que resultou de uma execução orçamental rigorosa, conforme se pode confirmar pelos mapas de execução.

Apesar do esforço de contenção, que permitiu a exploração operacional positiva, ainda não houve libertação de meios líquidos de tesouraria suficientes, que permitam liquidar ainda que parcialmente o pagamento das dívidas aos trabalhadores.

Não obstante a mudança de Direcção, continua a ser prioritário definir com a maior brevidade possível, um plano de pagamentos que permita cumprir as expectativas criadas.

Foram, e tem sido cumpridos os acordos de liquidação de passivo a credores de investimentos, alguns dos quais estão prestes a terminar o que conduzirá a uma maior libertação de meios líquidos, que permitirão acelerar os objetivos descritos no parágrafo anterior.

Estão, em paralelo com o esforço de contenção, a ser procuradas medidas de carácter extraordinário, que possibilitem rendimentos adicionais, melhorem a liquidez, e permitam a amortização de passivos.

A Direcção atual continua atenta e consciente das dificuldades que enfrenta, mas mantém total confiança nos seus colaboradores, quer na procura de soluções de estabilidade que lhes permitam acreditar no futuro da instituição, quer na compreensão que sempre demonstraram para com a questão dos subsídios de que são credores.

Haverá sempre um esforço contínuo na procura e diversificação das fontes de financiamento, que reforcem as atuais e por outro lado possam suprir e substituir outras que ou foram reduzidas ou suprimidas, como é o caso da verbas da Cantina Social e do Acordo para a Educação Especial.

*Ass. Propriedade*  
*Ass. Propriedade*  
*Ass. Propriedade*

### 1.3.1. Análise comparativa da estrutura de gastos e rendimentos

O quadro seguinte apresenta uma perspetiva histórica e financeira da Instituição e permite avaliar a evolução da estrutura de gastos e rendimentos dos últimos 6 exercícios.

#### Análise Comparativa da estrutura de gastos e rendimentos desde 2012

GASTOS E PERDAS	2017	2016	2015	2014	2013	2012
C.M.V.M.C.	213 111,06	249 841,03	260 137,05	239 900,18	217 801,66	184 542,23
Fornecimentos e Serviços Externos	338 710,88	394 842,26	363 658,65	372 227,47	347 524,03	319 413,23
Gastos com Pessoal	2 006 839,90	2 030 621,56	1 940 392,02	1 884 445,24	1 879 139,98	2 138 033,63
Depreciações do Exercício	110 929,80	102 376,21	140 532,32	159 520,33	181 693,69	222 516,57
Perdas por imparidade		1 520,48	68 787,88	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	68 023,73	20 584,90	16 011,63	64 037,12	9 180,97	22 920,72
Juros e Gastos Suportados	4 711,87	7 561,62	14,94	2 131,95	1 678,55	2 771,38
<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS</b>	<b>2 742 327,24</b>	<b>2 807 348,06</b>	<b>2 789 534,49</b>	<b>2 722 262,29</b>	<b>2 637 018,88</b>	<b>2 890 197,76</b>
	<b>-2,32%</b>	<b>0,64%</b>	<b>2,47%</b>	<b>3,23%</b>	<b>-8,76%</b>	
RENDIMENTOS E GANHOS	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Vendas	22 135,02	136 781,50	118 393,94	134 871,85	101 488,32	134 892,77
Prestações de serviços	512 891,66	466 875,28	456 494,25	445 079,38	439 391,16	462 507,42
Subsídios, doações e legados à exploração	1 902 691,37	1 902 979,69	1 887 467,00	1 868 109,85	1 823 334,37	1 991 076,03
Trabalhos para a Própria Instituição	91 971,36	92 853,16	16 323,37	15 104,80	16 267,96	10 266,65
Reversões		670,40				
Out. Rendimentos. e Ganhos	218 197,69	255 343,74	236 090,84	148 140,24	138 174,01	109 735,46
Juros e Rendimentos Obtidos	50,28	240,93	520,68	834,32	608,72	399,00
<b>TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>2 747 937,38</b>	<b>2 855 744,70</b>	<b>2 715 290,08</b>	<b>2 612 140,44</b>	<b>2 519 264,54</b>	<b>2 708 877,33</b>
	<b>-3,78%</b>	<b>5,17%</b>	<b>3,95%</b>	<b>3,69%</b>	<b>-7,00%</b>	
<b>Variação da Produção</b>	<b>428,64</b>	<b>1 800,99</b>	<b>8 135,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>	<b>-66 109,28</b>			
<b>Imposto s/ rendimento do período</b>			<b>-5 160,00</b>			
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>	<b>-71 269,28</b>	<b>-110 121,85</b>	<b>-117 754,34</b>	<b>-181 320,43</b>

Da análise do quadro anterior podemos confirmar um quadro de estabilidade operacional, resultante de execuções orçamentais equilibradas, a rubrica de outros gastos e perdas inclui as quebras em inventários, fruto de donativos em espécie cujo aproveitamento se verificou impossível.

Paralelamente, é possível verificar uma diminuição ao nível dos consumos de mercadorias bem como dos fornecimentos de serviços externos, cuja discriminação será mais detalhada em quadros seguintes.

Também ao nível dos gastos com o pessoal se verificou uma diminuição, apesar de já estarem refletivos os aumentos salariais constantes do BTE 39/2017, cujo processamento e liquidação ocorreu em fevereiro de 2018, esta diminuição é parcialmente justificada, pelo trespasse do sector gráfico, que incluiu a cedência dos trabalhadores.

Ao nível dos rendimentos, a diminuição global de 3,78% é justificada pela diminuição das vendas fruto do trespasse da gráfica, bem como dos reconhecimento extraordinário de 54.000€ pelo trespasse no exercício de 2016.

## 1.3.2. Análise da Execução Orçamental do Exercício de 2017

**Quadro 2 - Análise da Execução Orçamental do exercício de 2017**

Rendimentos e Gastos	31/12/2017	Orçamento 2017
Vendas	22 135,02	22 018,17
Serviços prestados	512 891,66	458 259,16
Subsídios, doações e legados à exploração	1 902 691,37	1 856 130,31
ISS, IP - Centros Distritais	1 891 008,63	1 856 130,31
Outros	11 682,74	0,00
Variação nos inventários da produção	428,64	0,00
Trabalhos para a própria entidade	91 971,36	90 444,93
C.M.V.M.C	-213 111,06	-151 747,42
Fornecimentos e serviços externos	-338 710,88	-327 398,43
Gastos com pessoal	-2 006 839,90	-1 993 955,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	218 197,69	187 978,02
Outros gastos e perdas	-68 023,73	-12 608,77
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos</b>	<b>121 630,17</b>	<b>129 120,97</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-110 929,80	-136 269,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)</b>	<b>10 700,37</b>	<b>7 148,03</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	50,28	0,00
Juros e gastos similares suportados	-4 711,87	-4 486,92
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6 038,78</b>	<b>11 634,95</b>

Da análise comparativa entre os valores constantes das demonstrações financeiras de 2017 e dos valores resultantes do orçamento aprovado para o mesmo exercício, resulta a conclusão de uma execução equilibrada nas rubricas com maior relevância material, nomeadamente ao nível de gastos em fornecimentos e serviços externos e de gastos com o pessoal, ressaltando apenas uma diferença significativa ao nível dos consumos de mercadorias, que mesmo deduzidos das quebras em gastos e perdas, referidas no quadro anterior, resultaram num valor significativamente superior ao orçamentado.

O acréscimo da rubrica outros gastos e perdas é parcialmente justificado e absorvido pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos, por lá se encontrarem reconhecidos os donativos em espécie dos quais resultaram as quebras registadas.

**1.4. O Resultado do Exercício/ Proposta de Aplicação**

O Resultado Líquido do período totalizou o montante de **6.038,78 €**, que a Direção propões, sejam incorporados em Resultados Transitados.

Adicionalmente e no exercício foram feitos movimentos de regularização com impacto direto em Resultados Transitados, que totalizaram **46.359,20 €**:



Subs coordenação colaboradora	2011 a 2013	3.445,67
Regularização de Saldos	2014	9.323,53
Compensações Monetárias Jovens – Protocolo UM	2016	6.590,00
Reversão Parcial Trespasse Gráfica (comodato oneroso)	2016	27.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>46.359,20</b>

*Amg  
Braga*  
*João*  
*12/05/2018*

### 1.5. Perspetivas futuras

A Direcção em funções pretende manter e prolongar o actual espírito de concórdia e empenho de todos os colaboradores. Para isso, terá sempre presente como medida prioritária manter o equilíbrio de exploração. Neste contexto, tudo fará para que se concretize, a breve prazo, o início do pagamento da dívida aos trabalhadores. Para que tal desiderato seja possível, há necessidade de implementar medidas de redução da despesa corrente e aumentar a receita. Ora este aumento de receita tem um caminho traçado, que já vem de trás: concretizar a requalificação do CAO de Gualtar, o que traz consigo o aumento da capacidade do equipamento e do número de acordos; a par desta medida, que a actual Direcção está a implementar, também há a possibilidade de desenvolver o projecto de alargamento de capacidade do Lar residencial de São Lázaro.

A concluir, retomamos as palavras do anterior relatório, pois nos revemos nelas:

«A Direcção actual mantém como princípio orientador da sua gestão que o equilíbrio financeiro estrutural e a capacidade de planear de forma adequada o pagamento das dívidas são condições indispensáveis para garantir a paz social e qualidade de vida a todos os que dependem da APPACDM de Braga e são a sua razão de existir: Pais, amigos, familiares, trabalhadores mas, acima de tudo as **peçoas com deficiência mental**.

Aproveitamos para reforçar o nosso agradecimento a todos os que connosco se esforçam e nos apoiam no desenvolvimento da missão social da APPACDM de Braga».

Braga, 11 de maio de 2018.

A Direcção,

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Tesoureiro

*[Assinatura]*  
*1 - 12/05/2018*  
*Ass. do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º*

## 2. BALANÇO

## Balanço

(valores em €)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>		<b>3 067 230,25</b>	<b>3 132 911,88</b>
Activos fixos tangíveis	3 e 5	3 066 007,62	3 132 309,69
Investimentos financeiros		1 222,63	602,19
<b>Activo corrente</b>		<b>249 934,80</b>	<b>268 208,82</b>
Inventários	3 e 6	15 874,52	17 432,89
Clientes	3 e 11	87 481,36	124 132,96
Estado e outros entes públicos	3 e 12	205,03	
Outros créditos a receber	3 e 11	5 935,21	12 088,72
Diferimentos	3 e 12	0,00	9 323,53
Caixa e depósitos bancários	3 e 4	140 438,68	105 230,72
<b>Total do Activo</b>		<b>3 317 165,05</b>	<b>3 401 120,70</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundo Social	3 e 11	1 965 548,83	1 965 548,83
Resultados transitados	3 e 11	-157 513,93	-161 352,36
Outras variações nos fundos patrimoniais	2, 3 e 11	112 879,11	116 910,50
Resultado líquido do período	3	6 038,78	50 197,63
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 926 952,79</b>	<b>1 971 304,60</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>		<b>1 390 212,26</b>	<b>1 429 816,10</b>
Fornecedores	3 e 11	282 001,13	346 182,02
Estado e outros entes públicos	3 e 12	83 620,72	80 480,07
Financiamentos obtidos	3 e 11	138,04	106,11
Diferimentos	3 e 12	601 613,56	616 292,50
Outras dívidas a pagar	3 e 11	422 838,81	386 755,40
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 390 212,26</b>	<b>1 429 816,10</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 317 165,05</b>	<b>3 401 120,70</b>

Braga, 5 de Maio de 2018.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Ana Barros

*Ant  
Rogério  
18/5/2018*

## 3. Demonstração dos Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	3 e 7	535 026,68	603 656,78
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>		<b>1 902 691,37</b>	<b>1 902 979,69</b>
ISS, IP - Centros Distritais	3 e 8	1 891 008,63	1 863 680,42
Outros	3 e 8	11 682,74	39 299,27
Variação nos inventários da produção		428,64	1 800,99
Trabalhos para a própria entidade	3 e 7	91 971,36	92 853,16
Custo das merc vendidas e das matérias consumidas	3 e 6	-213 111,06	-249 841,03
Fornecimentos e serviços externos	3 e 12	-338 710,88	-394 842,26
Gastos com pessoal	3 e 12	-2 006 839,90	-2 030 621,56
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	3 e 11		-850,08
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos	3 e 12	218 197,69	255 343,74
Outros gastos e perdas	3 e 12	-68 023,73	-20 584,90
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financ e impostos</b>		<b>121 630,17</b>	<b>159 894,53</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-110 929,80	-102 376,21
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financ e impostos)</b>		<b>10 700,37</b>	<b>57 518,32</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	3	50,28	240,93
Juros e gastos similares suportados	3	-4 711,87	-7 561,62
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>
Imposto sobre rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6 038,78</b>	<b>50 197,63</b>

Braga, 5 de Maio de 2018.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Tesoureiro

*Vogal*  
*Assinado por os p/achado*

## 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	3, 7 e 11	669 553,12	548 456,00
Pagamentos a fornecedores	3, 6 e 11	-662 181,20	-722 736,00
Pagamentos ao pessoal	3,12 e 12	-2 022 897,16	-2 065 284,00
Caixa gerada pelas operações		<b>-2 015 525,24</b>	<b>-2 239 564,00</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento + iva		10 310,69	5 160,00
Outros recebimentos/pagamentos	3,8, 11 e 12	2 065 900,34	2 223 202,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<b>60 685,79</b>	<b>-11 202,00</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	3 e 5	-44 627,73	-47 108,00
Investimentos financeiros		-620,44	-371,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros activos		24 400,00	
Juros e rendimentos similares	3 e 7	50,28	241,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<b>-20 797,89</b>	<b>-47 238,00</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	3 e 11	31,93	62,00
Juros e gastos similares	3	-4 711,87	-7 562,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<b>-4 679,94</b>	<b>-7 500,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>35 207,96</b>	<b>-65 940,00</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	3 e 4	<b>105 231,00</b>	<b>171 171,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	3 e 4	<b>140 438,96</b>	<b>105 231,00</b>

Braga, 5 de Maio de 2018.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

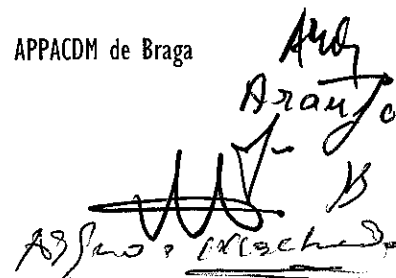
Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal



## 5. Anexo

### 1. Identificação da entidade:

Designação: APPACDM de Braga

Sede Social: Rua de São Lázaro n.º 38 – 4700-327 Braga

Fundo Social: 1.965.548,83 Euros

N.º Contribuinte: 504 646 702

Objeto Social: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA, COM E SEM ALOJAMENTO.

C.A.E: 88102 87302

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL) requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas (inclui as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras)

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

#### 2.1 – Sistema de Normalização Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações, a partir de registos contabilísticos da instituição e de acordo com o Sistema da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março
- Aviso 6726-B/2011, de 10 de Março de 2011 (Normas contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector não Lucrativo);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelo das Demonstrações Financeiras);
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho 7

## 2.2 – Indicação das justificações das derrogações NCRF-ESNL:

A instituição possui propriedades doadas registadas a valor de entradas zero, com acrescento de benfeitorias. Foi assim derogada a nota 7.5 da NCRF-ESNL, que prescreve o reconhecimento ao justo valor. Encontram-se em curso as avaliações para o seu reconhecimento.

## 3. Principais políticas contabilísticas:

### 3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

*As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no princípio da continuidade.*

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção de alguns prédios doados à Instituição conforme nota 2.2., de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de amortizações acumuladas, perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem.

As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicada anualmente, a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, tomando como referência as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%; 12,5%; 33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

Os encargos com reparação e manutenção são registados como gastos do exercício, à medida que vão sendo incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e amortizadas às taxas correspondentes à vida residual dos respectivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

#### b) Inventários

*Assunto: M. ach.*  
*Ass. Arque*  
*Ass. B*

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se valorizados pelo custo histórico, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocá-los no seu local e condições atuais.

c) Custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos Financeiros

i. *Dívidas de terceiros*

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

ii. *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros custos incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. *Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de

alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são reconhecidos no exercício a que se referem à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

f) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos/ abatimentos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas facturas.

O rédito proveniente das vendas de bens só é reconhecido quando se encontrem satisfeitas todas as seguintes condições:

- A instituição tenha transferido para o comprador todos os riscos e vantagens significativos inerentes à propriedade dos bens;
- A instituição não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse e controlo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, tendo por base a fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado quando estão cumpridas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades, presentes e futuras, da instituição associados à transação, fluam para a instituição;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer possam ser fiavelmente mensurados;



g) Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
- Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser adoptado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo.

Os **subsídios não reembolsáveis** relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Consideram -se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os **subsídios reembolsáveis** são contabilizados como Passivos.

Um subsídio pode tornar -se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

**Apresentação de subsídios relacionados com ativos:**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

**Apresentação de subsídios relacionados com rendimentos:**

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado exercício imputam -se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios devem ser apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

**Reembolso de subsídios:**

Um subsídio que se torne reembolsável deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser aplicado

em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso deve ser reconhecido imediatamente como um gasto.

#### **h) Imposto corrente**

Os passivos (ativos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

A contabilização dos efeitos de impostos correntes de uma transação ou de outro acontecimento é consistente com a contabilização da transação ou do próprio acontecimento. Assim, relativamente, a transações e outros acontecimentos reconhecidos nos resultados, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido nos resultados.

No que diz respeito a transações e outros acontecimentos reconhecidos diretamente no Fundo patrimonial, qualquer efeito fiscal relacionado também é reconhecido diretamente no Fundo patrimonial, caso em que o imposto corrente deve ser debitado ou creditado diretamente nessa rubrica.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer qualquer efeito significativo nas presentes declarações financeiras.

#### **i) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais exigíveis por lei e/ou decididas pontualmente pela Direção. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios dos empregados de curto prazo e tratados de acordo com o referido no parágrafo anterior.

Os benefícios dos empregados decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo ou por decisão judicial, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

### **3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **a) Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A instituição classifica na rubrica "caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimentos a menos de três meses e para os quais o risco de alteração é de valor insignificante.

A Demonstração de Fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes/utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

### **3.3. – Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras verificaram-se ao nível do apuramento e mensuração dos inventários.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

### **3.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com o referencial contabilístico em vigor em Portugal, aplicável ao Setor Não Lucrativo.

Após a data do balanço, não ocorreram eventos e/ou acontecimentos que afectem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço pelo que, não há lugar a qualquer divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

Não obstante, decorrem neste momento, dois processos disciplinares a colaboradores, cujo resultado não é ainda conhecido à data da preparação destas Demonstrações Financeiras, havendo garantia dos serviços jurídicos de que se terminarem em rescisão com justa causa, a probabilidade de sucesso em caso de impugnação judicial, dão um grau de certeza bastante para o não reconhecimento de eventuais compensações como passivo.

### 3.5. – Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 4. Fluxos de Caixa

### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios Financeiros líquidos referidos no Balanço	2017			2016		
	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total	Disponíveis para uso	Indisp para uso	Total
<b>Caixa</b>						
Numerário	1 194,95		1 194,95	626,60		626,60
<b>Subtotal</b>	<b>1 194,95</b>	<b>-</b>	<b>1 194,95</b>	<b>626,60</b>	<b>-</b>	<b>626,60</b>
<b>Depósitos bancários</b>						
Depósitos à ordem	26 443,73		26 443,73	19 304,12		19 304,12
Outros depósitos	112 800,00		112 800,00	85 300,00		85 300,00
<b>Subtotal</b>	<b>139 243,73</b>	<b>-</b>	<b>139 243,73</b>	<b>104 604,12</b>	<b>-</b>	<b>104 604,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>140 438,68</b>	<b>-</b>	<b>140 438,68</b>	<b>105 230,72</b>	<b>-</b>	<b>105 230,72</b>

A rubrica "outros depósitos" inclui saldos de uma conta à ordem designada de "conta dupla". Nos momentos em que os movimentos de tesouraria abrandam, os saldos são transitoriamente cativos pela entidade bancária apresentando-se como saldo contabilístico sobre o qual o banco remunera, mensalmente, juros à Instituição. Inclui também verbas colocadas a prazo transitoriamente, até que se concretizem algumas ações para as quais foram angariados donativos com fins específicos.

## 5. Ativos fixos tangíveis:

### 5.1. - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Método de depreciação usado

A instituição deprecia os seus bens do ativo tangível de acordo com o método das quotas constantes. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as suas vidas úteis que se traduzem nas taxas de depreciação médias que se seguem:

	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2 %; 4%; 5%
Equipamento Básico	14,28%; 16,66%; 25%; 33%
Equipamento de Transporte	25 %
Equipamento administrativo	10%;12,5%;33,33%; 20,00%; 25%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%; 14,28%; 33,33%;

#### d) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período:

Os movimentos na rubrica de ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS durante o ano de 2017 foram os seguintes:

Activo Bruto:	Saldo inicial em 01/01/17	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transferên- das	Saldo final em 31/12/17
Terrenos e Recursos Naturais	198 148,32				198 148,32
Edifícios e Outras Construções	5 390 497,02				5 390 497,02
Equipamento Básico	1 412 701,74	15 313,71		- 528,03	1 427 487,42
Equipamento de Transporte	456 176,10	22 500,00			478 676,10
Equipamento administrativo	897 312,02	1 713,60			899 025,62
Outros activos fixos tangíveis	170 129,55	5 628,45			175 758,00
Activos fixos tangíveis em curso	-				-
<b>Total</b>	<b>8 524 964,75</b>	<b>45 155,76</b>		<b>528,03</b>	<b>8 569 592,48</b>

Depreciações acumuladas e Imparidades	Saldo inicial em 01/01/17	Depreciações do exercício	Imparidades do exercício	Alienações / Abates	Saldo final em 31/12/17
Terrenos e Recursos Naturais	79 116,84				79 116,84
Edifícios e Outras Construções	2 444 069,36	85 446,48			2 529 515,84
Equipamento Básico	1 398 708,25	5 992,87			1 404 701,12
Equipamento de Transporte	420 296,99	17 052,99			437 349,98
Equipamento administrativo	895 684,71	1 288,18			896 972,89
Outros activos fixos tangíveis	154 778,91	1 149,28			155 928,19
Activos fixos tangíveis em curso	-				-
<b>Total</b>	<b>5 392 655,06</b>	<b>110 929,80</b>			<b>5 503 584,86</b>

Verificou-se um investimento total no montante de 45.155,76, dos quais se destacam a aquisição de uma carrinha ligeira de transporte de passageiros e a requalificação da sala de snoezelen em Lomar enquadrada no âmbito de um projeto de financiamento do INR.

## 6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, utilizando-se como fórmula de custeio o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados primeiro sejam vendidos/ consumidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens comprados mais recentemente.

### 6.1. – Quantia total escriturada de inventários

Inventários	2017	2016
Matérias-primas	5 509,76	7 496,77
Produtos	10 364,76	9 936,12
<b>Total</b>	<b>15 874,52</b>	<b>17 432,89</b>

### 6.2. – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

#### Inventários, CMVMC e Variação da Produção

Evolução dos inventários e CMVMC	31/12/2017		31/12/2016	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos
1- Inventário inicial	7 496,77	9 936,12	13 343,71	8 135,13
2- Quebras /Perdas por imparidade	48 165,38		8 086,32	
3- Compras	259 289,43		252 080,41	-
4- Subcontratos				
5- Reclassif e reg inventários				
6- Inventário final	5 509,76	10 364,76	7 496,77	9 936,12
<b>Gasto do Período (1-2+3-5)</b>	<b>213 111,06</b>	<b>428,64</b>	<b>249 841,03</b>	<b>1 800,99</b>
	<b>CMVMC</b>	<b>Variação da Produção</b>	<b>CMVMC</b>	<b>Variação da Produção</b>

Em 2017 foram contabilizadas quebras em Inventários no montante de 48.165,38 Euros que se referem a produtos alimentares doados (frutas e vegetais muito perecíveis) e que devido ao seu avançado estado de maturação não foram consumidos por se terem tornado impróprios para consumo.

## 7. Réditos

### 7.1. – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

A instituição reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a instituição.
- b) Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação dos serviços à data do balanço.
- c) Juros – São reconhecidos utilizando o método do juro efetivo

## 7.2. - Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2017	2016
<b>Vendas</b>	<b>22 135,02</b>	<b>136 781,50</b>
Artes Gráficas	3 390,72	113 575,82
Atividades agrícola	6 087,55	7 546,04
Atividades CAO/ outras	12 656,75	15 659,64
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>512 891,66</b>	<b>466 875,28</b>
Matrículas e Mensalidades	457 370,25	421 758,68
Quotizações de Associados	11 771,00	11 202,00
Outros	43 750,41	33 914,60
<b>Subtotal</b>	<b>535 026,68</b>	<b>603 656,78</b>

A instituição reconhece uma série de prestações de serviços para consumo interno que são contabilizadas como "Trabalhos para a própria entidade".

Esta rubrica inclui:

- Trabalhos realizados nos diversos CAO que resultam ora em vendas diretas de artigos, ora em faturação de serviços prestados, p.ex. montagem de torneiras ou colocação de etiquetas.
- Consumos de bens alimentares produzidos na Quinta de Lomar;
- Produção de refeições para consumo dos trabalhadores (a título de subsídio de refeição) – contabilização iniciada apenas em 2016 - ver nota 12.3.

No quadro seguinte, é possível ver o detalhe da conta "Trabalhos para a própria entidade":

Trabalhos para a Própria Entidade	2017	2016
Autoconsumos - Artes Gráficas	-	889,00
Autoconsumos - Quinta de Lomar	15 498,80	11 090,00
Autoconsumos cozinhas - alimentação em géneros	76 472,56	80 874,16
<b>Subtotal</b>	<b>91 971,36</b>	<b>92 853,16</b>

## 8. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

### 8.1. - Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o valor aprovado quando existe uma garantia razoável de que se irão ser recebidos e que a instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

### 8.2. - Subsídios relacionados com rendimentos

A instituição recebe subsídios relacionados com rendimentos que foram reconhecidos na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados e que se relacionam com os acordos/ protocolos de cooperação entre a instituição e as entidades tutelares e/ou parceiras financiadoras como é o caso do ISS, IP e do Ministério da Educação.

O quadro seguinte, permite a análise dos montantes de subsídios reconhecidos como rendimentos do exercício na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração":

Subsídios, doações e legados à exploração	2017	2016
Ministério da Solidariedade e S.S.		
ISS, IP - Centro Distrital de Braga	1 891 008,63	1 863 680,42
Acordos de cooperação	1 891 008,63	1 863 680,42
Fundo de socorro Social	-	-
Ministério da Educação	8 206,15	34 206,86
Ensino Especial	8 206,15	34 206,86
CRI - Centro de Recursos p/ Inclusão	-	-
Outras entidades	3 476,59	5 092,41
INGA	3 476,59	5 092,41
POPH (qualidade e formação)	-	-
INR	-	-
<b>Total</b>	<b>1 902 691,37</b>	<b>1 902 979,69</b>



Os valores reconhecidos nos subsídios, resultam quase na sua totalidade das transferências no âmbito dos acordos de cooperação com o ISS – Centro Distrital de Braga para lar e CAO, e a 31 de dezembro de 2017, apresentava a seguinte distribuição (verbas mensais).

ACORDO	Nº. UTENTES	VALOR DEZ-2017	Nº. UTENTES	VALOR DEZ-2016
CAO - Gualtar	45	22 927,95	45	22 456,35
CAO - Lomar	30	15 285,30	28	14 970,90
CAO - Vila Verde	30	19 361,38	38	18 464,11
CAO - Esposende	30	15 285,30	30	14 970,90
CAO - V.N. Famalicão	60	30 570,60	60	29 941,80
Lar - Lomar	20	20 098,40	20	19 685,00
Lar - Fraião	16	16 078,72	16	15 748,00
Lar - São Lázaro	14	14 068,88	14	13 779,50
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>	<b>153 676,53</b>	<b>251</b>	<b>150 016,56</b>

### 8.3. - Subsídios relacionados com investimentos em ativos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente dos Fundo patrimoniais, e imputados como rendimentos do exercício na proporção das amortizações efectuadas em cada período.

Com a adoção do SNC-ESNL, foi necessário reclassificar a verba que constava do passivo referente ao subsídio do "PIDDAC - Edifício dos Granjinhos" transferindo-a do passivo para os fundos patrimoniais da instituição. Esta verba vai sendo anulada em proporção das depreciações do exercício, tendo como contrapartida uma conta de rendimentos que visa anular o efeito de tais depreciações durante a vida útil do edifício.

De seguida é possível ver os movimentos associados a esta rubrica:

Movimentos na conta 593				
Rubricas/Projectos	Saldo Inicial (Credor)	Movimento a Débito	Movimento a Crédito	Saldo final (Credor)
PIDDAC - Edifício dos Granjinhos	116 910,50	4 031,39	-	112 879,11
<b>TOTAL</b>	<b>116 910,50</b>	<b>4 031,39</b>	<b>-</b>	<b>112 879,11</b>

## 9. Acontecimentos após a data do Balanço

Entre a data do Balanço e a data para autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Tal como referido na nota 3.4, “Decorrem neste momento, dois processos disciplinares a colaboradores, cujo resultado não é ainda conhecido à data da preparação destas Demonstrações Financeiras, havendo garantia dos serviços jurídicos de que se terminarem em rescisão com justa causa, a probabilidade de sucesso em caso de impugnação judicial, dão um grau de certeza bastante para o não reconhecimento de eventuais compensações como passivo.”

## 10. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da instituição poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e eventual correção pela administração fiscal.

A Direção da instituição considera que eventuais correções, nos termos do parágrafo anterior, não terão valores significativos.

Não há situações susceptíveis de dar origem a impostos diferidos.

## 11. Instrumentos Financeiros

### 11.1 – Clientes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Clientes” apresentava os seguintes saldos:

Clientes	2017	2016
Não corrente	-	-
Corrente	87 481,36	124 132,96
Clientes c/c	70 536,89	102 021,31
Utentes c/c	16 944,47	22 111,65

Os valores evidenciados neste quadro encontram-se pelo seu montante líquido de perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas nas contas de clientes e utentes.

O montante das “Perdas por imparidade Acumuladas”, devido à existência de saldos em mora, é o que se segue:

Clientes	Valor das Perdas por Imparidade Acumuladas	
	2017	2016
Clientes c/c	43 508,65	43 508,65
Utentes c/c	15 120,31	15 120,31
<b>Total</b>	<b>58 628,96</b>	<b>58 628,96</b>

Não ocorreram no período alterações significativas que implicassem reforço ou reversão de imparidades em clientes ou em utentes.

As perdas por imparidade reconhecidas na rubrica de clientes c/c referem-se a saldos resultantes da atividade das artes gráficas na sua maioria anteriores a 2012.

No caso das perdas por imparidade reconhecidas na rubrica de utentes c/c referem-se a saldos na sua maioria anteriores a 2012 sendo que os valores em causa respeitam a utentes desistidos (maioritariamente das respostas de creche que foram encerradas até 2012).

### 11.2. - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de "Fornecedores" apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Fornecedores	2017	2016
Não corrente	-	-
Corrente	282 001,13	346 182,02
Fornecedores Investimentos	114 342,50	163 893,72
Outros fornecedores	167 658,63	182 288,30

<b>Dívidas por tipo de fornecedor</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pichelaria do Cávado	18 782,01	27 032,01
João Oliveira Carvalho	-	9 609,78
Novafrio	95 560,49	127 251,93
<b>Total Investimentos</b>	<b>114 342,50</b>	<b>163 893,72</b>
<b>Outros</b>	<b>167 658,63</b>	<b>182 288,30</b>
<b>Total Fornecedores</b>	<b>282 001,13</b>	<b>346 182,02</b>

### 11.3. – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Financiamentos obtidos	2017	2016
	Capital em dívida	Capital em dívida
Até um ano - cartão de crédito	138,04	106,11
Entre um e cinco anos		
Mais de cinco anos		
<b>Total</b>	<b>138,04</b>	<b>106,11</b>

O saldo verificado corresponde à utilização de um cartão de crédito em uso pela Direção para fazer face a despesas de combustível e deslocações.

#### 11.4. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica "Outros Devedores e Credores" apresentava os seguintes saldos e maturidades:

Outros Devedores e Credores	2017	2016
<b>Activo Corrente</b>	<b>5 935,21</b>	<b>12 088,72</b>
Associados	5 853,50	4 164,50
Outros	81,71	7 924,22
<b>Passivo Corrente</b>	<b>422 838,81</b>	<b>386 755,40</b>
Pessoal	-	1 600,00
Dívida IEFPP/POEFDS	373 344,04	373 344,04
Outros	49 494,77	11 811,36

O valor que consta na rubrica de IEFPP/ POEFDS corresponde a uma dívida apurada em 2006 no âmbito da auditoria à formação profissional co-financiada por essas entidades.

### 11.5 – Fundos Patrimoniais

O valor do fundo social é de 1.965.548,83 Euros. Os valores incluídos na rubrica de Fundos Patrimoniais são os que se seguem:

Fundos Patrimoniais	2017	2016
Fundo Social	1 965 548,83	1 965 548,83
Resultados Transitados	- 157 513,93	- 161 352,36
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	112 879,11	116 910,50
Resultados Líquidos do Período	6 038,78	50 197,63
<b>Total</b>	<b>1 926 952,79</b>	<b>1 971 304,60</b>

A rubrica Outras variações nos Fundos Patrimoniais inclui o valor do subsídio do PIDDAC – Edifício dos Granjinhos.

A rubrica Resultados Transitados, para além da incorporação do Resultado Líquido de 2016, sofreu ainda os seguintes movimentos de regularização:

Subsidio coordenação colaboradora	2011 a 2013	3.445,67
Regularização de Saldos	2014	9.323,53
Compensações Monetárias Jovens – Protocolo UM	2016	6.590,00
Reversão Parcial Trespasse Gráfica (comodato oneroso)	2016	27.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>46.359,20</b>

*Assinado o Machado*

## 12 – Outras informações

### 12.1. – Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos

Tal como referido na Nota 3 acima, a instituição obedece ao princípio de especialização dos exercícios. Assim, estão reconhecidas no Balanço as seguintes verbas de acréscimos:

Acréscimos de Gastos e/ou Rendimentos	2017	2016
<b>Activo</b>	-	<b>9 323,53</b>
Acréscimos de rendimentos	-	-
Outros (gastos diferidos)	-	9 323,53
<b>Passivo</b>	<b>601 613,56</b>	<b>616 292,50</b>
Remunerações a liquidar	<b>601 613,56</b>	<b>616 292,50</b>
Remunerações a Liquidar em 2011 (em atraso)	103 360,06	108 987,56
Remunerações a Liquidar em 2012 (em atraso)	219 724,70	231 748,84
Remunerações a Liquidar em (dívida corrente)	278 528,80	275 556,10
Outros (acréscimos de gastos/Outros rendimentos diferidos)	-	-

Relativamente à Rubrica Remunerações a liquidar:

- As remunerações em atraso referem-se aos subsídios de Natal de 2011 e aos subsídios de Férias e Natal 2012.
- Os valores das "Remunerações a Liquidar – férias e subsídios férias a vencer" referem-se ao mês de férias e subsídios de férias vencidos em 2017 a serem pagos em 2018.

### 12.2. – Fornecimentos e serviços externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dez de 2017:

Rubricas	2017	2016
<b>Subcontratos</b>	<b>5 060,39</b>	<b>35 569,69</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>84 761,08</b>	<b>96 119,65</b>
Trabalhos especializados	15 232,21	13 836,64
Honorários	30 911,14	33 762,47
Conservação e reparação	35 695,63	45 545,19
Outros	2 922,10	2 975,35
<b>Materiais</b>	<b>12 839,05</b>	<b>13 195,98</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>157 223,68</b>	<b>165 668,69</b>
Eletricidade	68 120,65	78 011,26
Combustíveis	68 461,26	68 092,96
Água e out fluidos	20 641,77	19 564,47
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>9 635,31</b>	<b>7 573,48</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>68 703,87</b>	<b>72 797,61</b>
Comunicação	10 146,24	10 969,23
Seguros	13 348,63	12 429,66
Contencioso e notariado	1 459,42	9 639,07
Limpeza, higiene e conforto	39 003,40	36 717,93
Outros (inclui desratização e desinfeção)	4 746,18	3 041,72
<b>Outros FSE (inclui medicação, roupa e calçado)</b>	<b>487,50</b>	<b>3 917,16</b>
<b>Total FSE</b>	<b>338 710,88</b>	<b>394 842,26</b>
<b>Valor dos FSE deduzido da subcontratação à Gáfica Vicentina</b>		<b>360 143,26</b>

**12.3. – Gastos com pessoal**

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2017:

Rubricas	2017	2016
Remunerações do pessoal	1 644 634,68	1 668 422,36
Encargos sobre remunerações	349 067,99	348 333,91
Seguros de acidentes no trabalho	9 920,99	11 793,20
Indemnizações	594,77	-
Medicina HST	2 272,47	1 455,60
Outros	349,00	616,49
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2 006 839,90</b>	<b>2 030 621,56</b>

A diminuição dos gastos com pessoal é justificada em grande medida pelo trespasse das artes gráficas, cujos efeitos se verificaram a partir de setembro de 2016 em diante.

**12.4. - O número médio de empregados**

O número médio de empregados ao serviço ao longo do ano e o número nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Nº médio de empregados do período	144	147

**12.5. O número médio de utentes**

O número de utentes em 31 de dezembro, bem como os valores dos acordos com a Tutela, apresentam os seguintes valores:

ACORDO	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2017	Nr. UTENTES	VALOR DEZ-2016
CAO - Gualtar	45	22 927,95	45	22 456,35
CAO - Lomar	30	15 285,30	28	14 970,90
CAO - Vila Verde	30	19 361,38	38	18 464,11
CAO - Esposende	30	15 285,30	30	14 970,90
CAO - V.N. Famalicão	60	30 570,60	60	29 941,80
Lar - Lomar	20	20 098,40	20	19 685,00
Lar - Fraião	16	16 078,72	16	15 748,00
Lar - São Lázaro	14	14 068,88	14	13 779,50
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>	<b>153 676,53</b>	<b>251</b>	<b>150 016,56</b>

*Paulo Augusto*  
*Assunto*  
*Assunto*

### 12.6. – Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas

A conta de outros rendimentos e ganhos, apresenta variações significativas, uma vez que em 2016 estavam refletidos 54.000,00 pelo trespasse da gráfica e tinha ainda um valor considerável em faturação a clientes da gráfica em substituição da Gráfica Vicentina, situação que já não se verificou em 2017.

Quanto aos donativos, verificou-se uma diminuição substancial das contribuições em dinheiro, minimizada pelo significativo aumento das contribuições em espécie, que, se expurgada das quebras em inventário, por falta de aproveitamento, resultam numa redução mais considerável.

Detalhe da rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos/ Outros Gastos e Perdas " em 31 de Dezembro de 2017:

Outros Rendimentos e Ganhos	2017	2016
<b>Rendimentos Suplementares</b>	<b>5 903,48</b>	<b>28 962,58</b>
<b>Donativos</b>	<b>157 512,38</b>	<b>161 734,27</b>
Em Dinheiro	58 335,42	97 317,75
Em espécie	99 176,96	64 416,52
<b>Imputação de subsídios p/ investimentos</b>	<b>4 031,39</b>	<b>4 031,39</b>
<b>Outros</b>	<b>50 750,44</b>	<b>60 615,50</b>
<b>Total</b>	<b>218 197,69</b>	<b>255 343,74</b>
Outros Gastos e Perdas	2017	2016
Gratificações de estímulos a utentes	14 927,68	10 886,83
Quebras em inventários	48 165,38	8 086,32
Quotizações	1 090,00	420,00
Outros	3 840,67	1 191,75
<b>Total</b>	<b>68 023,73</b>	<b>20 584,90</b>

Tal como referido atrás, apesar do valor significativo dos donativos em espécie, a percentagem de aproveitamento deste não se pode considerar muito satisfatória, resultando num montante de quebras de quase 50%, o que fez com que o aumento da rubrica "outros gastos e perdas" fosse tão elevado.

**12.7. – Estado e outros entes públicos**

Detalhe da rubrica “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2017.

Rubricas	2017	2016
Imposto sobre o valor acrescentado	205,02	
<b>Total Ativo</b>	<b>205,02</b>	

Rubricas	2017	2016
Imposto sobre o valor acrescentado		315,05
Contribuições para a Segurança Social	69 240,47	66 994,59
Retenções na fonte	14 380,24	13 170,43
IRC a pagar		
<b>Total Passivo</b>	<b>83 620,71</b>	<b>80 480,07</b>

Os valores incluídos nesta rubrica referem-se a saldos correntes a liquidar em Janeiro de 2018 (no caso das Contribuições para Segurança Social e retenções na fonte).

**13 - Divulgações exigidas por diplomas legais:**

Informação requerida pelo DL 411/91: Regime jurídico da regularização de dívidas à Segurança Social:

A instituição tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

**14 – Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 11 de Maio de 2018.

A Direção,

A Contabilista Certificada,

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal

*Ana Barbosa*